



A IDEOLOGIA DO ESTADO AUTORITÁRIO NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E CONTEXTUAIS

HELLEN CONCEIÇÃO DA SILVA²⁵

VINÍCIUS FRANÇA FARIAS²⁶

RESUMO

Este artigo explora a obra *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, de Ricardo Silva, como base para uma análise ampla e detalhada sobre o autoritarismo brasileiro, em uma discussão estruturada nos tópicos principais, alinhados ao texto-base: Ideologia de classe, autoritarismo desmobilizador, autoritarismo instrumental e ideologia de Estado. Além disso, elementos adicionais, como repressão, educação e cultura como instrumentos ideológicos, são aprofundados de maneira a compreender as bases estruturais do autoritarismo para fortalecer práticas democráticas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo; Brasil; Ideologia Política; Estado.

ABSTRACT

*This article explores *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil* by Ricardo Silva as the foundation for a comprehensive and detailed analysis of Brazilian authoritarianism. The discussion is structured around key themes presented in the original text: class ideology, demobilizing authoritarianism, instrumental authoritarianism, and state ideology. Additionally, other elements such as repression, education, and culture as ideological tools are examined in depth, aiming to understand the structural foundations of authoritarianism in order to strengthen democratic practices in Brazil.*

KEYWORDS: Authoritarianism; Brazil; Political Ideology; State.

25 Estudante do bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

26 Licenciado em História e Especialista em História do Brasil. Estudante do bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE



INTRODUÇÃO

O autoritarismo no Brasil é uma característica que não se limita a regimes específicos ou momentos históricos isolados. Pelo contrário. Ele constitui uma estrutura profundamente enraizada, sustentada por práticas políticas centralizadoras, repressão sistemática e construção ideológica. Desta forma, em sua obra *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, Ricardo Silva destacou a importância de compreender o autoritarismo como um sistema dinâmico e adaptável, que utiliza narrativas legitimadoras para naturalizar e perpetuar relações de poder desiguais, em uma abordagem que evidencia como a ideologia é usada para mascarar interesses particulares das elites, apresentando-os como indispensáveis ao bem-estar coletivo.

Neste sentido, a ideologia autoritária no Brasil, demonstrada por Silva, se desdobra em elementos complementares, como a centralização do poder político, a repressão seletiva, o controle cultural e a educação conservadora. De acordo com o autor, esses são aspectos que se estruturam por meio de práticas que reforçam uma visão de mundo hierárquica e desmobilizam a participação popular. Sendo assim, ao se realizar uma análise não apenas histórica, mas também análises conceituais do que foi e do que o autoritarismo no Brasil, estudiosos se permitem compreender como essas práticas transcendem regimes específicos, articulando-se desde o Estado Novo, passando pela Ditadura Militar, até dinâmicas contemporâneas que refletem traços autoritários na democracia brasileira.

Este artigo propõe uma análise detalhada desses elementos, divididos em quatro eixos principais, conforme a obra de Ricardo Silva: Ideologia de classe, autoritarismo desmobilizador, autoritarismo instrumental e ideologia de Estado. Ao longo do texto, serão incorporadas contribuições teóricas de autores como Antônio Gramsci, Paulo Freire e Michel Foucault, ampliando a compreensão das bases estruturais do autoritarismo. Além disso, serão apresentados exemplos históricos e contemporâneos que ilustram a permanência e a adaptação de práticas autoritárias ao longo do tempo.

A relação entre autoritarismo e ideologia será comprovada com base no conceito gramsciano de “hegemonia cultural”, que ajuda a explicar como narrativas legitimadoras criam consensos sociais e políticos. Portanto, também será considerada a perspectiva de Michel Foucault sobre o “poder disciplinar” e a “vigilância”, destacando o papel do Estado na normalização das práticas sociais e no controle dos corpos. Por fim, o artigo discute como as práticas autoritárias influenciam a política contemporânea no Brasil, evidenciando a continuidade de estruturas de exclusão política, repressão e concentração de poder.

Com essa abordagem, busca-se não apenas compreender o legado autoritário na história política brasileira, mas também refletir sobre os desafios que ele impõe à construção de



uma democracia mais inclusiva e participativa. Afinal, o fortalecimento das instituições democráticas exige não apenas a superação de práticas autoritárias, mas também a conscientização coletiva sobre as narrativas que legitimam a exclusão e a desigualdade. Nisso, a obra de Ricardo Silva é fundamental no que tange a análise da ideologia do Estado autoritário, oferecendo de forma ampla os subsídios fundamentais para esse debate.

DIREITO, POLÍTICA E AUTORITARISMO

Durante muito tempo, muitos foram os estudos dedicados ao entendimento do fenômeno conhecido como “o pensamento autoritário brasileiro”. Na análise de Debrun (1985) é enfatizado o questionamento da legitimidade heurística com o propósito de demonstrar a que grupos ou classes sociais determinados conjuntos de ideias estão organicamente vinculados, algo que se torna um procedimento importante e necessário para a crítica das ideologias dominantes em uma edificação das estruturas argumentativas.

O pensamento político define-se como um sistema de crenças ou de valores, utilizado na luta política para influir sobre o comportamento das massas, para orientá-las em uma direção e não em outra, para dirigir o consenso, para justificar o poder (Faoro, 1994, p. 12).

Tratava-se, pela primeira vez no Brasil, de edificar uma arquitetura de Estado nacional moderno, que ampliava suas funções de intervencionismo econômico e social, ao mesmo tempo que montava uma burocracia tecnicamente qualificada e impessoal, segundo moldes weberianos. Porém, no mesmo movimento, esse Estado se personalizou, na face de Getúlio Vargas, figura carismática encarregada de conduzir o processo de mudança e assumir as novas tarefas que cabiam ao Executivo, ante as crescentes críticas ao Legislativo.

Nesse sentido preciso, o Estado autoritário e democrático do pós-1930 é tanto uma “modernização” das tradições do poder privado e do personalismo caros à sociedade brasileira, quanto uma afirmação do poder do público, através de uma burocracia (impessoal e técnica) e de um modelo alternativo de representação política: o corporativismo. Desta forma, como se pode imaginar, a definição, a montagem e a implementação desse modelo de Estado, articulando em novas bases o privado e o público no Brasil, foi tarefa que envolveu diversos projetos e lutas entre intelectuais e políticos durante um bom tempo.

Nesse contexto, a ideia de igualdade liberal, fundada na equidade política do indivíduo-cidadão portador de opinião/voto, acaba de certa forma sendo contestada pela desigualdade natural dos seres humanos que, justamente por isso, não podiam ser tratados da mesma



maneira pelo Estado e pela lei, onde, esse cidadão liberal, definido como possível, mas, no caso do Brasil, inexistente, era uma ficção, como o eram os procedimentos a ele associados: eleições, partidos políticos, parlamentos, etc.

Enquanto, por outro lado, com graus e formas variadas, tais formulações críticas acentua a importância da criação e o fortalecimento deste processo e de certas instituições, assim como também práticas políticas estatais (novos órgãos e políticas públicas), como mecanismo de start para o estabelecimento de um modelo de modernidade eficiente.

A Carta de 1934 se tornou inovadora em vários aspectos, pois foi com a forte influência das constituições do México (1917), da Alemanha (1919) e da Espanha (1931). A Constituição de 1934, ao prever uma série de direitos na esfera econômica e social e, ao mesmo tempo, manter o rol de direitos individuais, de natureza liberal, insere-se no paradigma do Estado Social de Direito, de que é exemplo a Constituição de Weimar, que parece ter sido a principal inspiração. Algo que representa, portanto, uma faceta da modernização da sociedade brasileira, após o fim da República Velha.

Não obstante, mostra-se, no nível da aparência, como um elemento unificador de demandas sociais conflitantes no campo da reprodução social, em que o Estado se configura, essencialmente, como ente dominador, sendo essa índole decorrente das contradições do histórico conflito entre classes sociais. Por ter atravessado por essas contradições, o Estado mostra-se, também, elementarmente contraditório, já que, no âmbito das lutas de classe, oferece respostas às reivindicações das classes dominadas, o que impede sua categorização como uma entidade classista exclusivista, ainda que tenha caráter de classe (Pereira-Pereira, 2009; Poulantzas, 1980; Jessop, 2007).

“De uma forma ou de outra, a narrativa histórica produz sempre batalhas pelo monopólio da verdade” (Schwarcz, 2019, p. 16). De acordo com Lilia Moritz Schwarcz (2019) é necessário se combater os mitos que foram construídos no processo de criação e consolidação de uma “história nacional”, ao passo que nos fornece uma densa genealogia do autoritarismo brasileiro. “Fantasmas do presente”, expressão que está no título do epílogo do livro da autora, funciona, na verdade, como um lembrete de que os cidadãos têm sido assombrados por fantasmas que talvez pudessem se julgar superados, mas que se apresentam na atualidade.

Ou seja, os problemas nacionais que ocupam centralidade na atualidade são, pois, apontados pela autora como esses tais fantasmas que nos apontam os mais novos desdobramentos do nosso autoritarismo, destacam-se a polarização da última eleição de 2018 e a intolerância que marcou esse processo político, assim como também o papel do Judiciário no enfraquecimento do Estado de Direito, o populismo, sua ligação com as



novas tecnologias e redes sociais, e o uso de fake news no campo político.

Tais condicionantes, por seu turno, correspondem às particularidades das formações sociais concretas de cada Estado-nação. No Brasil, os fatos histórico-sociais que estão na base de formação do Estado e de seus padrões formais-legais desenham um perfil de Estado burguês de conotação diversa da que se observa nos países capitalistas centrais. “Tais fatos e padrões não são ‘um episódio histórico’, mas ‘um fenômeno histórico-estrutural’, ocorrido em condições sociais, políticas e econômicas particulares” (Fernandes, 1975, p. 21).

IDEOLOGIA DE CLASSE E HEGEMONIA CULTURAL

Ricardo Silva, em *A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil*, apresenta uma ideologia de classe como um dos pilares centrais na sustentação do autoritarismo, em uma análise que traz parte do princípio de que as elites dominantes, ao longo da história brasileira, se utilizaram de narrativas legitimadoras para justificar a concentração de poder e a exclusão política da maioria da população. Desta forma, acaba por reger a construção de um discurso de “ordem e progresso”, algo evidente tanto no lema da bandeira nacional quanto nas práticas institucionais, exemplificando como uma ideologia autoritária foi sistematicamente empregada para ocultar interesses particulares sob a aparência de um suposto bem coletivo.

Segundo Silva (2004), existe uma forma de organização da sociedade brasileira baseada nos costumes derivados do meio rural na moldagem das instituições políticas nacionais. Uma espécie de “solidariedade clânica”, nos dizeres de Oliveira Vianna, expoente da teoria autoritária, “uma relação clientelística em que o senhor, proprietário de terras, única fonte de assistência ao alcance do camponês desamparado, ‘oferece-lhe’ proteção em troca de serviços e subserviência” (Silva, 2004, p. 72-73). Dos clãs parentais e feudais do período colonial se originaria nossos partidos políticos, caracterizados por Vianna como “clãs eleitorais”. A “solidariedade clânica” representaria o substrato social do “país real”, desconsiderado pelas elites na formulação das Cartas Constitucionais que construiriam o “país legal”. Esse contraste entre a “realidade” social brasileira e suas constituições com veleidades liberais e democráticas é, sem dúvida, no entender de Vianna, um dos principais males a ser superado para o êxito da tarefa de “organizar a nação” (Silva, 2004). Porém isso seria nocivo, devendo ser superado no meio rural. Isso aconteceria através do desenvolvimento da propriedade voltada para a produção de alimentos para o mercado interno, sendo a resposta para os problemas econômicos e gerais da sociedade (Silva, 2004). Isso aconteceria através do fortalecimento do poder executivo central para a montagem do Estado corporativo.



Fazendo a crítica a Oliveira Vianna, uma “ideologia colonialista” teria penetrado com profundidade no Brasil e influenciado diferentes tradições e pensadores em diferentes épocas. Segundo Silva (2004), Nelson Werneck Sodré, importante historiador e sociólogo marxista brasileiro, deduziu que Oliveira Vianna estaria falando em nome da classe interessada na subordinação econômica, tese que ele conclui, depois de uma exaustiva análise que são os grandes latifundiários (aristocracia rural) do qual o mesmo Vianna representa. Por isso, para Sodré as forças econômicas internas (a burguesia nacional e o proletariado), estariam em conflito entre “nação” (representados pela burguesia nacional e o proletariado) e o “Imperialismo” (Oligarcas rurais) para conquistar seu “lugar ao sol”, já que os grandes latifundiários estariam associados a interesses do capital estrangeiro, no qual Vianna estaria sendo representado. Além disso, Vianna faz apologia dos proprietários rurais pela sua “capacidade racial superior”, destacando os não-proprietários como uma “escória” destituída de qualquer importância. Todavia, não podemos esquecer que essa não é a única interpretação de seu viés, já que o Estado autoritário para Vianna é um fator condicionante de nossa formação social (Silva, 2004).

A partir da década de 30, o pensamento autoritário começa a ser enfatizado através de um caráter modernizador, com o processo de industrialização que nesse momento estava a todo vapor. Nesse caso, a ideologia autoritária é apresentada como um instrumento de modernização da sociedade, catalizadora do processo de industrialização capitalista, já que essa é entendida como a principal expressão do processo de modernização das sociedades tradicionais, cabendo ao Estado antecipar-se as classes na tarefa de modernização da sociedade. Porém, para chegar a esse fim, esse Estado deveria assumir um formato autoritário e corporativo. Um dos principais teóricos do assunto, Azevedo Amaral, comenta que para tal objetivo ser alcançado através da industrialização no momento pós-revolucionário de 30. A industrialização é apresentada como leitmotiv da obra de Amaral. Defende o Estado Novo, seu caráter autoritário como mal necessário visando a modernização. Eli Diniz, outra pensadora citada por Silva (2004), defende essa ideologia estatal e defende elementos da vocação modernizante da ideologia autoritária, como a defesa do planejamento econômico, o nacionalismo, a posição favorável à participação do capital estrangeiro e as propostas de integração do mercado interno. Embora a autora destaque a perspectiva conservadora dessa ideologia destaca sua perspectiva elitista, moldando uma concepção de mudança gradual, sem rupturas e conduzida do alto. A posição favorável à industrialização tomada pelos ideólogos autoritários decorre de sua convicção de que o crescimento industrial seria uma das bases de poder indispensáveis ao Estado-Nação na modernidade, e não que tal posição seja derivada da suscetibilidade desses ideólogos aos interesses e valores de nossa elite industrial.



O pensamento autoritário no que tange sua análise classista teria limitações em seu problema. Nisso, o que os ideólogos autoritários tem em mente não diz respeito a qual deveria ser a forma do Estado “necessária” como “instrumento”, seja para a realização de uma reforma agrária, seja para a manutenção dos privilégios dos latifundiários ou mesmo para a modernização/industrialização do país. O que supõe ser os fins da ação estatal, pode ser compreendido através do poder do Estado. Segundo Silva (2004), a compreensão do real significado da ideologia autoritária exige que se admita que o ponto de partida dessa ideologia seja o conceito normativo de Estado, que funciona como uma espécie de imagem reguladora que precede à própria análise sociológica dos ideólogos do autoritarismo estatal.

Neste sentido, essa estratégia encontra suporte teórico na obra de Antônio Gramsci, especialmente no conceito de hegemonia cultural. Para Gramsci, o domínio das classes dirigentes não se dá exclusivamente pela coerção, mas pela capacidade de impor uma visão de mundo que seja aceita como universal, natural e legítima pelas classes subordinadas. Onde, levando esta questão em consideração ao se pensar no Brasil, se tem a percepção de que essa hegemonia foi construída por meio de valores que exaltam a obediência, a orientação e a centralização do poder. Durante o Estado Novo (1937-1945), por exemplo, o governo de Getúlio Vargas utilizou-se de uma propaganda estatal massiva para associar o progresso nacional a um Estado centralizador e paternalista, representado pela figura do próprio Vargas como “pai dos pobres”, em um discurso, ao mesmo tempo que apelava às classes trabalhadoras, silenciava e reprimia movimentos sindicais e a participação popular.

Outro exemplo histórico que ilustra a manipulação ideológica é a Ditadura Militar (1964-1985), pois foi nesse período, que se teve uma narrativa de combate ao comunismo amplamente utilizada para aplicação do autoritarismo, onde o regime militar elaborou um discurso em que a suposta ameaça comunista era apresentada como inimigo do progresso e da democracia, mascarando interesses econômicos e políticos das elites nacionais e internacionais. Ou seja, a retórica oficial promovia uma falsa unidade nacional enquanto implementam políticas econômicas que aprofundaram as desigualdades sociais e marginalizaram amplos setores da população.

Karl Marx, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, oferece insights fundamentais para compreender como líderes autoritários manipulam crises, reais ou fabricadas, para consolidar o poder (Marx, 2008). No caso brasileiro, crises políticas, como o medo do “perigo vermelho”, foram deliberadamente amplificadas para justificar a repressão e a concentração de poder no Executivo. Essa prática evidencia que o autoritarismo não é apenas uma questão de força física, mas também de controle simbólico e cultural.

Na contemporaneidade, uma ideologia de classe continua desempenhando um papel central



na política brasileira. Discursos que exaltam a “ordem” e a “segurança”, por exemplo, são frequentemente usados para implementar políticas de repressão a movimentos sociais e marginalizados. Então, a criminalização dos protestos, juntamente a militarização da segurança pública e a retórica da “proteção contra o caos” revelam-se como uma ideologia autoritária que se adapta às novas dinâmicas políticas (Gramsci, 1971). Sendo assim, de acordo com a obra *Necropolítica* (2003), do autor Achille Mbembe, o uso estratégico das mídias sociais e das plataformas digitais amplifica essas narrativas, criando divisões sociais e reforçando preconceitos históricos.

Além disso, a manutenção das desigualdades estruturais na sociedade brasileira é legitimada por uma ideologia que apresenta desigualdade como natural ou proporcional, deixando claro que a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma elite restrita é sustentada por discursos que associam méritos individuais ao sucesso econômico, ignorando as barreiras históricas e estruturais que impedem a mobilidade social (Fernandes, 1975).

No campo educacional, uma ideologia de classe também se manifesta por meio do controle do currículo e da imposição de narrativas que reforçam valores conservadores e hierárquicos. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, denuncia esse modelo de educação “bancária”, no qual os alunos são vistos como receptores passivos de conhecimento, deficientes de questionar ou transformar a realidade em que vivem, mostrando que esse tipo de educação perpetua a conformidade, dificultando a conscientização crítica e a participação ativa na sociedade (Freire, 1970).

Em suma, a ideologia de classe no Brasil não apenas sustenta estruturas autoritárias, mas também legitima desigualdades econômicas e sociais, mas também ajuda na questão de naturalizar posições e ocultar interesses de classe sob a aparência de neutralidade, contribuindo para a perpetuação de um modelo político e social excluente. Dessa forma, a obra de Ricardo Silva alerta o leitor para a importância de desconstruir essas narrativas, promovendo uma análise crítica das dinâmicas históricas que sustentam o autoritarismo e a luta por práticas democráticas que incluem a pluralidade de vozes e interesses da sociedade.

AUTORITARISMO DESMOBILIZADOR: EDUCAÇÃO E CULTURA COMO FERRAMENTAS IDEOLÓGICAS

O autoritarismo brasileiro, em diferentes momentos históricos, usou a educação e a cultura como instrumentos para desmobilizar movimentos sociais e consolidar a centralização do poder. Ricardo Silva (2004) argumenta que o controle ideológico se manifesta de forma ampla, inculca valores de obediência, supervisão e conformidade, em um objetivo claro de



neutralizar a capacidade de resistência da população e impedir uma mobilização popular contra as elites dominantes.

No livro, Silva (2004) cita Gerard Debrun que nos diz que o Brasil tem os seguintes arquétipos políticos ideológicos: a “conciliação”, o autoritarismo desmobilizador, o liberalismo “à brasileira” e o messianismo.

A “conciliação” seria o arquétipo dominante mais recorrente da prática política das elites, “conciliação” em nível político, apresentando um aspecto *sui generis*, não se enquadrando na concepção tradicional de conciliação política, realizando em contendores de peso mais ou menos igual.

“O liberalismo” teria um arquétipo dominante nessa questão da conciliação até ser desalojado pela conciliação no reinado de D. Pedro II. Essa conciliação teria permitido a dominação e o desenvolvimento de profundas desigualdades na sociedade brasileira. Esse liberalismo era autêntico, mas na prática, válido para poucos: “constituía o apanágio de homens que, por não terem inquietações quanto à ordem socioeconômica, podiam se dedicar a problemas puramente políticos, e observar as regras do jogo democrático” (Silva, 2004, p. 89).

O “messianismo” seria outro arquétipo, explicado a partir da verticalidade da estrutura de poder no Brasil, o que resultou na marginalização de certos grupos sociais. Segundo a importante socióloga brasileira Maria Isaura Pereira de Queiroz, o “messianismo” é caracterizado pela a vinda do líder, podendo-se confundir com a provação a que tem que se sujeitar para a verificação de suas qualidades sobrenaturais. Esse teria o intuito de fundar um paraíso na terra e geralmente é derivado de insatisfações humanas diante das imperfeições do mundo (Queiroz, 1976). Esse messianismo estaria presente na personalização das figuras políticas, designando a esses uma certa “fanatização” de modo a salvar a nação dos males presentes.

Já o “autoritarismo desmobilizador” se destaca pelo profundo amorfismo da sociedade brasileira, além da irracionalidade do comportamento coletivo dos grupos dominantes. Para que se evite a desagregação da ordem, decorrência da ausência de direcionamento na sociedade civil, o Estado surge como instituição redentora. Um Estado forte, capaz de reintegrar o voluntarismo esclarecido das elites, os átomos dispersos da nação. Conforme Silva (2004), o sonho do autoritarismo desmobilizador é a passividade dos cidadãos para obrar um bem maior. O Estado forte aparecerá como algo provisório para contrabalancear a fraqueza da sociedade. Essa estratégia é utilizada para enfraquecer movimentos de contestação social, utilizando mecanismos de repressão direta ou indireta, assim como o controle da mídia e censura, sendo notório que o “autoritarismo desmobilizador”



fragmenta a capacidade de organização social, eliminando vozes críticas.

Desde o período colonial, o sistema educacional foi estruturado para fortalecer as posições sociais existentes, mantendo o acesso ao conhecimento restrito às elites. Durante o Império, a educação pública era praticamente inexistente para a maioria da população, enquanto as elites eram educadas sob uma perspectiva que reforçava sua posição de privilégio. A hegemonia da Igreja Católica no ensino também contribuiu para a inculcação de valores conservadores e hierárquicos, moldando uma visão de mundo que justificava a ordem autoritária como algo natural e divinamente inspirado (Silva, 2004).

No século XX, a educação continua sendo usada como uma ferramenta para legitimar práticas autoritárias. Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas reformulou o sistema educacional para alinhar os conteúdos escolares à ideologia do regime, em que a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e a reforma educacional de Francisco Campos em 1931 estabeleceram diretrizes centralizadoras que consolidaram o controle do Estado sobre o currículo (Mota, 1998; Silva, 2004). Neste sentido, os valores de disciplina, patriotismo e submissão à autoridade foram elevados como princípios fundamentais, enquanto temas relacionados à participação popular ou ao questionamento das estruturas de poder eram puramente excluídos.

É importante ressaltar que a cultura também desempenhou um papel crucial no fortalecimento do autoritarismo, onde no período do Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), foi criado para controlar os meios de comunicação e difundir a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”. Em que o DIP utilizou uma propaganda de forma massiva para fomentar a ideia de que a centralização do poder era necessária para o progresso nacional, ao mesmo tempo, censurava conteúdos que pudessem questionar ou ameaçar o regime, incluindo peças teatrais, músicas e publicações críticas (Mota, 1998).

Essa dinâmica se intensificou durante a Ditadura Militar (1964-1985), quando o controle sobre a cultura e a educação foi amplificado, trazendo as disciplinas de “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil” que foram introduzidas no currículo escolar para inculcar valores alinhados à ideologia militar (Silva, 2004). Desta forma, esses conteúdos enfatizavam a necessidade de ordem, disciplina e respeito às autoridades, estimulando qualquer tipo de crítica ou questionamento, ao mesmo tempo que a censura se tornou uma política oficial, silenciando artistas, intelectuais e jornalistas que se posicionavam contra o regime (Gaspari, 2002).

A análise de Ricardo Silva encontra eco nas obras de teóricos que estudaram o papel da educação e da cultura na reprodução do poder, como Theodor Adorno e Max Horkheimer. Em *Dialética do Esclarecimento*, analisam como a indústria cultural reforça o conformismo



social. Eles argumentam que, ao oferecer produtos culturais padronizados e desprovidos de criticidade, o sistema capitalista transforma a cultura em um instrumento de dominação (Adorno; Horkheimer, 1985). No caso brasileiro, o controle da mídia e a censura aos regimes autoritários exemplificam essa dinâmica, onde a cultura é moldada para legitimar o poder dominante e desmobilizar resistências.

No Brasil atual, a educação e a cultura continuam sendo campos de disputa ideológica, em que debates sobre o conteúdo de livros didáticos e tentativas de narrativas importantes que minimizem as desigualdades históricas são exemplos dessa continuidade. A censura a obras artísticas e culturais em certos contextos, sob justificativas morais ou políticas, também reflete a tentativa de restringir a liberdade de expressão e promover uma visão transparente da sociedade (Mbembe, 2003).

As aparências da desinformação nas redes sociais e o controle narrativo em torno de temas sensíveis, como desigualdade racial e de gênero, evidenciam como as ferramentas culturais podem ser utilizadas para desmobilizar a população e manipular percepções. Onde, a desqualificação de movimentos sociais e o ataque a professores e intelectuais críticos são estratégias que visam minar a formação de uma consciência coletiva que questiona as estruturas de poder (Foucault, 1979).

AUTORITARISMO INSTRUMENTAL: CENTRALIZAÇÃO DO PODER E CONTROLE INSTITUCIONAL

Ricardo Silva (2004), faz um breve debate com o Cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos para caracterizar o “autoritarismo instrumental”. Para ele, as instituições do Estado autoritário devem ser compreendidas como um meio, ou instrumento para a realização de determinados fins. Esse mesmo instrumento seria transitório, devendo ser abandonado após a plena realização dos fins almejados.

O “sistema político autoritário” seria apenas um meio para se chegar a uma sociedade liberal. Apesar de suas diferenças [...] o autoritarismo não é uma situação transitória, devido a causas conjunturais. Ao contrário, quanto mais a sociedade progride, mais necessários se farão os regimes autoritários. Já para os “autoritários instrumentais”, o autoritarismo estatal seria sempre um expediente transitório (Silva, 2004, p. 99).

O Estado autoritário viria através do modelo do autoritarismo instrumental, que emerge do



programa de reformas de Oliveira Vianna. Ainda de acordo com Silva (2004), esse modelo sugere que as instituições do Estado autoritário não constituem um fim em si mesmas, sendo esses meios realistas para constituir uma sociedade liberal, onde o liberalismo político teria viabilidade. “Essa sociedade liberal trata-se de uma concepção típica do liberalismo econômico, que dá preeminência à liberdade de movimentos dos agentes econômicos nos mercados” (Silva, 2004, p. 105).

O autoritarismo brasileiro é caracterizado pela centralização do poder político e pelo uso estratégico de mecanismos institucionais para consolidar e manter a autoridade, em que a concentração de poder nas mãos do Executivo foi uma constante nos períodos autoritários do país, como demostrado por Faoro (1994) em *Os Donos do Poder*, ao evidenciar o patrimonialismo e o controle hierárquico das decisões estatais. Desta forma, garantindo que decisões cruciais fossem tomadas por uma política de elite que excluía a maioria da população dos processos decisórios, mostrando que essa prática reflete uma visão elitista da política, onde a participação popular é vista como uma ameaça à ordem, sendo sistematicamente desmobilizada. Os defensores dessa interpretação supõem ser a meta do Estado autoritário, na ideologia política, é exatamente a liberdade política, culminando no autogoverno dos cidadãos, pelo exercício consciente e autônomo das liberdades políticas, especialmente da liberdade positiva do sufrágio (Silva, 2004).

A centralização do poder no Brasil remonta ao período colonial, como mostra Faoro (1994), quando a administração portuguesa estruturou um sistema político fortemente hierarquizado, em que o poder estava concentrado nas mãos de governadores-gerais e no Conselho Ultramarino, instituições que garantiam que as colônias obedecessem diretamente às ordens da Coroa. Essa estrutura centralizadora moldou as relações de poder no Brasil, criando uma tradição de desconfiança em relação à autonomia política local e à participação popular.

No período imperial (1822-1889), essa lógica centralizadora foi mantida e aprofundada. O poder moderador, nomeado ao imperador, permitiu a interferência direta nos demais poderes, incluindo a dissolução do Legislativo e o controle sobre o Judiciário (Schwarcz, Sobre o Autoritarismo Brasileiro, 2019). Sendo assim, o caráter autoritário dessa centralização ficou evidente durante o Segundo Reinado (1840-1889), quando as elites agrárias se uniram em torno do imperador para consolidar seu poder econômico e político, mantendo as camadas populares em um estado de exclusão e subordinação.

Durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas implementou uma Constituição outorgada que dissolveu o Congresso Nacional e concentrou o poder no Executivo. Essa centralização foi justificada pelo discurso da necessidade de “ordem” e “progresso” para contribuir para a industrialização e modernização do país. O regime utilizou instrumentos



como o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) para controlar a burocracia estatal e garantir que ela operasse em consonância com os interesses do governo (Silva, A Ideologia do Estado Autoritário no Brasil, 2004). Além disso, a repressão aos sindicatos independentes e a criação de sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho exemplificam como o controle institucional foi usado para neutralizar a organização popular (Diniz, 1982).

O corporativismo, inspirado na Carta del Lavoro italiana, foi uma ferramenta ideológica e prática que subordinou os trabalhadores ao Estado, eliminando sua autonomia e consolidando a centralização do poder político e econômico (Silva, 2004).

A Ditadura Militar (1964-1985) representou o auge da centralização do poder na história republicana brasileira, sendo um regime que consolidou uma estrutura autoritária marcada pelo controle absoluto do Executivo sobre os demais poderes, pela repressão sistemática e pelo enfraquecimento das instituições democráticas. Essa centralização foi justificada por meio de um discurso ideológico centrado na “segurança nacional”, que apresentava o regime como uma guarda contra a ameaça comunista e como responsável pela manutenção da ordem e do progresso (Schwarcz, 2019).

Os Atos Institucionais, especialmente o AI-5 de 1968, são símbolos dessa centralização. O AI-5 suspendeu garantias constitucionais básicas, como o habeas corpus, permitiu o fechamento do Congresso Nacional e conferiu ao presidente poderes exclusivos para legislar por meio de decretos, eliminando qualquer possibilidade de oposição política formal (Gaspari, 2002). Além disso, as Assembleias Legislativas estaduais e as Câmaras Municipais passaram a operar sob vigilância direta do governo central, impedindo qualquer autonomia regional. Essa institucionalizou o autoritarismo, ao mesmo tempo que criou uma estratégia de legalidade, reforçando a legitimidade do regime aos olhos de setores específicos da sociedade.

A política de repressão foi amplificada pela criação de órgãos especializados no controle social, como o Sistema Nacional de Informações (SNI), que funcionava como uma rede de espionagem capaz de monitorar tanto indivíduos quanto organizações (Fico, 2001). Essa estrutura tinha o objetivo de identificar e neutralizar qualquer forma de dissidência, consolidando um ambiente de medo e silêncio, trazendo informações obtidas pelo SNI que alimentaram ações repressivas, que vão desde a prisão e tortura de opositores até a censura cultural e o fechamento de sindicatos e associações populares (Alves, 2005).

A centralização do poder militar também incluía o controle direto sobre os meios de comunicação, onde a censura oficial foi renovada para garantir que apenas as narrativas desenvolvidas ao regime fossem difundidas. A televisão, por exemplo, tornou-se um



instrumento essencial para a legitimação do governo, sendo amplamente utilizada para promover projetos como a integração da Amazônia e o desenvolvimento de infraestrutura, enquanto ocultava a repressão e a transparência dos direitos humanos. O papel das grandes redes de televisão, como a Rede Globo, reforçou a narrativa oficial de que o regime era responsável pelo progresso e pela estabilidade do país (Mota, 1998).

Além da repressão política e do controle cultural, a centralização do poder durante a Ditadura Militar teve impactos profundos na economia. O regime implementou uma série de projetos grandiosos de infraestrutura, como a construção da rodovia Transamazônica, a Hidrelétrica de Itaipu e a ponte Rio-Niterói. Esses projetos, embora apresentados como símbolos de modernização e integração nacional, refletem uma visão desenvolvimentista autoritária que ignora os impactos sociais e ambientais (Dreifuss, 1981). Onde, populações indígenas e comunidades locais frequentemente foram deslocadas ou marginalizadas para viabilizar esses empreendimentos. Além disso, a concentração de recursos e decisões no governo central reforçou as desigualdades regionais, beneficiando principalmente os estados do Sudeste e do Sul (Ianni, 1984).

A centralização econômica também foi acompanhada pela adoção de políticas fiscais e monetárias que favoreceram as elites industriais e financeiras. O “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), amplamente exaltado pelo regime, foi baseado em investimentos estrangeiros e em políticas que priorizavam grandes empresas em detrimento da redistribuição de renda ou da redução das desigualdades (Belluzzo; Almeida, 2002). Nesse contexto, é interessante observar que embora uma pequena elite econômica se beneficiou desse modelo, com maior parte da população enfrentando condições de trabalho precárias e de emergência.

A centralização do poder durante a Ditadura Militar também teve implicações profundas para o sistema judiciário, que foi onde o regime instrumentalizou o Judiciário, utilizando-o para legitimar decisões arbitrárias e repressivas. Juízes que ousavam questionar o governo eram afastados, enquanto outros, alinhados ao regime, consolidaram o autoritarismo por meio de sentenças que negavam direitos fundamentais (Carvalho, 2007). Gerindo, neste cenário, as próprias leis que foram alteradas para garantir o controle do Executivo sobre o aparelho judicial, como evidenciado pela Lei de Segurança Nacional, que criminaliza qualquer forma de oposição política (Silva, 2004).

IDEOLOGIA DE ESTADO E REPRESSÃO

A repressão estatal é um dos pilares fundamentais do autoritarismo, e no Brasil ela foi articulada de forma indissociável da ideologia. Conforme Silva (2004) a repressão não se



limita a atos de violência física ou à coerção institucional direta, pois ela é profundamente enraizada em uma construção ideológica que legitima práticas autoritárias como permissão para garantir a ordem, o progresso e a segurança nacional. Ou seja, esse processo envolve tanto o material de controle da sociedade quanto a produção de subjetividades que aceitam o domínio como algo natural ou decisivo. A repressão, portanto, opera em várias dimensões: No campo político, por meio da censura e da eliminação de opositores; cultural, pelo controle de narrativas; E simbólico, pelas declarações de discursos que reforçam posições sociais.

Elaborado pelo Sociólogo e Cientista Político Bolívar Lamounier e citado por Silva (2004), a “Ideologia de Estado” possui oito componentes básicos:

1- Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”; 2- Visão orgânico-corporativa da sociedade; 3- Objetivismo tecnocrático; 4- Visão autoritária do conflito social; 5- Não organização da “sociedade civil”; 6- Não mobilização política; 7- Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança; 8- O Leviatã benevolente; (Silva, 2004, p. 112).

Segundo Silva (2004), a principal contribuição da teoria de Lamounier, refere-se ao entendimento da Ideologia de Estado como um organismo ideológico que tem o sentido de legitimar e conceituar a autoridade do Estado com o princípio de tutelar a sociedade. O tecnocratismo, o estatismo e o caráter desmobilizador são os fundamentos principais estruturados por Lamounier.

Desta forma, os limites da teoria de Ricardo levam à concepção de que esse tipo de ideologia para “domesticar o mercado”, não tira do próprio seu caráter autoritário. No contexto do Brasil, a repressão e a ideologia de Estado estão entrelaçadas desde os primeiros períodos da formação da nação, onde durante o regime colonial, a violência física contra indígenas e africanos escravizados foi justificada por narrativas religiosas e morais que apresentavam essas situações como inferiores ou bárbaras, incapazes de autogovernança. Essa lógica foi ampliada no Império e na República, quando as elites dominantes construíram discursos que vinculavam a ordem política à centralização do poder e à exclusão das classes populares. Sendo assim, conforme Foucault (1979) a repressão física, nesses períodos, foi complementada por um controle simbólico que buscava disciplinar corpos e mentes.

Neste sentido, o assunto como um todo leva ao questionamento de que se o Estado seria o indutor do autoritarismo, essa sociedade receberia essas mudanças de maneira benevolente? Pois, a interação entre ideologia e autoritarismo sustenta estruturas desiguais de poder, além de que o entendimento crítico desses conceitos é essencial para resistir às



formas de opressão (Silva, 2004).

Conforme o argumento de Ricardo Silva se torna evidente que a repressão não se restringe ao uso direto da violência, mas se articula com mecanismos ideológicos que naturalizam posições sociais, legitimam o controle estatal e desmobilizam resistências. Em que, para que se possa compreender essa dinâmica, se torna necessário analisar a repressão em suas várias dimensões: Política, cultural, educativa e simbólica.

A REPRESSÃO CULTURAL E O CONTROLE DAS NARRATIVAS

Acultura foi um dos principais alvos da repressão autoritária, sendo moldada para fortalecer a ideologia do Estado e desmobilizar movimentos críticos. Durante o Estado Novo, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) controlava os meios de comunicação, censurava conteúdos e promovia Vargas como “pai dos pobres”. A propaganda oficial associava o regime ao progresso e à estabilidade, ao mesmo tempo que eliminava as críticas (Mota, 1998). Logo, a censura cultural foi um instrumento eficaz para impedir a propagação de ideias que pudessem questionar o status quo.

Na Ditadura Militar, a censura foi ainda mais intensa, atingindo escritores, músicos, cineastas e jornalistas. Obras como Roda Viva, de Chico Buarque, e O Que É Isso, Companheiro? de Fernando Gabeira, foram censuradas ou perseguidas. A repressão cultural visava não apenas silenciar os opositores, mas também criar uma narrativa oficial que legitimasse o autoritarismo. Essa estratégia é comprovada por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1944), onde os autores argumentam que a indústria cultural pode ser usada como uma ferramenta de domínio ao padronizar conteúdos e limitar o pensamento crítico.

No contexto contemporâneo, o controle cultural persiste, embora de formas mais sutis. Debates sobre censura artística e o conteúdo de livros didáticos revelam como a repressão simbólica continua a ser um campo de disputa ideológica. Sendo assim, tentativas de excluir temas como desigualdade, racismo e memória da Ditadura Militar dos currículos escolares refletem a permanência de narrativas autoritárias (Freire, 1970).

A REPRESSÃO EDUCATIVA E A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA

A educação foi sistematicamente utilizada pelos regimes autoritários no Brasil para reproduzir valores conservadores e hierárquicos. Durante o Estado Novo, o sistema educacional foi reformulado para inculcar valores de disciplina, obediência e patriotismo, alinhados à ideologia do regime e a Ditadura Militar aprofundou essa estratégia, introduzindo



disciplinas como “Educação Moral e Cívica” e “Organização Social e Política do Brasil” no currículo escolar, com o objetivo de moldar jovens cidadãos submetidos às autoridades (Silva, 2004).

Na contemporaneidade, a disputa pelo controle do conteúdo educacional continua sendo uma questão central, em debates que tem início sobre a inclusão de temas como gênero, raça e direitos humanos nos currículos escolares refletem a tensão entre visões progressistas e conservadoras, evidenciando como a ideologia continua moldando o sistema educacional (Freire, 1970).

A REPRESSÃO SIMBÓLICA E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA

A repressão simbólica desempenhou um papel crucial na naturalização da violência estatal. Durante os regimes autoritários, a ideologia de Estado apresentou a repressão como uma necessidade para garantir a ordem e proteger a sociedade de ameaças internacionais, em um discurso que desumaniza opositores políticos, tratando-os como inimigos do progresso e justificando sua eliminação.

Gramsci (1971), em *Cadernos do Cárcere*, destaca que a hegemonia cultural é uma combinação de coerção e consenso. No Brasil, a repressão simbólica foi usada para construir um consenso ideológico que legitima a violência estatal, apresentando-a como um mal necessário, em uma lógica que persiste no Brasil contemporâneo, especialmente no discurso sobre segurança pública. A violência policial nas periferias, por exemplo, é frequentemente justificada por narrativas que associam comunidades marginalizadas à criminalidade, reforçando posições sociais.

Achille Mbembe (2003), em *Necropolítica*, contribui para essa discussão ao argumentar que o Estado moderno utiliza a violência seletiva para controlar a população marginalizada. Enquanto no Brasil, a repressão nas periferias exemplifica como a violência é direcionada de forma desigual, perpetuando desigualdades e naturalizando a exclusão.

IMPACTOS DA REPRESSÃO NA DEMOCRACIA

A repressão, enquanto pilar do autoritarismo, enfraquece as bases da democracia ao restringir a liberdade de expressão, criminalizar movimentos sociais e desmobilizar a participação popular. No Brasil contemporâneo, os resquícios das práticas repressivas do passado continuam a limitar o potencial democrático do país. A criminalização de protestos, o controle narrativo no sistema educacional e a violência policial são exemplos de como a lógica autoritária persiste (Carvalho, 2007).



Além disso, a repressão simbólica, ao deslegitimar vozes críticas e moldar percepções sociais, dificulta a construção de uma sociedade pluralista e inclusiva. Para superar esses desafios, é necessário desconstruir narrativas que legitimam o autoritarismo e promover políticas públicas que fortaleçam a democracia e os direitos humanos (Schwarcz, 2019).

Neste sentido, a repressão estatal no Brasil, como demonstra Ricardo Silva, é um complexo que combina violência física, controle cultural, educação ideológica e repressão simbólica, em uma articulação entre repressão e ideologia foi essencial para consolidar o autoritarismo e perpetuar desigualdades. No entanto, os resquícios dessas práticas continuam a influenciar a política brasileira, demonstrando a necessidade de reformas estruturais que promovam a democratização do Estado e a inclusão social. Por isso, autores como Foucault, Gramsci, Freire e Mbembe oferecem ferramentas teóricas valiosas para compreender e encontrar esse legado, apontando caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A priori, a análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que o autoritarismo no Brasil não é apenas um caráter histórico restrito a períodos específicos, mas uma estrutura que se perpetua por meio de mecanismos institucionais, culturais e simbólicos. Desta forma, a obra de Ricardo Silva, aliada às contribuições teóricas de Gramsci, Foucault, Freire e outros pensadores, fornece uma base sólida para compreender as dinâmicas de poder que sustentam o autoritarismo e seus desdobramentos ao longo do tempo.

Neste sentido, o conceito de hegemonia cultural, elaborado por Gramsci, foi essencial para explicar como as elites dominantes utilizam narrativas legitimadoras para naturalizar desigualdades e consolidar a centralização do poder. Pois, o autoritarismo desmobilizador, por sua vez, mostrou como a educação e a cultura foram transformadas em ferramentas para neutralizar resistências populares, fortalecendo uma visão hierárquica e conservadora da sociedade. Além disso, a análise da repressão simbólica destacou a capacidade do Estado de manipular discursos e criar consensos artificiais, legitimando práticas violentas em nome da ordem e do progresso.

No campo econômico e político, a centralização do poder foi um elemento marcante, manifestando-se desde o período colonial até os dias atuais, em uma dinâmica que não apenas limitou a participação popular, mas também consolidou desigualdades regionais e sociais, dificultando a construção de uma democracia verdadeiramente inclusiva. Neste sentido, a perpetuação dessas estruturas, mesmo após a redemocratização, reforça a necessidade de mudanças estruturais que descentralizam o poder e promovam uma maior



participação popular nos processos decisórios.

Ou seja, ao integrar teorias críticas de autores como Poulantzas, Adorno e Mbembe, este trabalho evidencia que o autoritarismo brasileiro não pode ser reduzido a um único aspecto, mas deve ser desenvolvido como um sistema multifacetado e adaptável. Em uma compreensão de que essas dinâmicas são algo crucial para que se possa desconstruir narrativas que legitimam práticas autoritárias e fortalecer os pilares de uma sociedade democrática.

Por fim, a superação do autoritarismo exige um esforço coletivo para construir uma nova política cultural, baseada na igualdade, no respeito aos direitos humanos e na inclusão social, onde apenas com a conscientização crítica e a mobilização popular será possível romper com os resquícios autoritários e avançar rumo a um modelo político mais justo e participativo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Teodoro; HORKHEIMER, Mâx. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEBRUN, Gérard. *Ideologias políticas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Zahar, 1975.



- FICO, Carlos. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, Octavio. Estado e planejamento econômico no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- JESSOP, Bob. Teoria do Estado: colocando os Estados capitalistas em seus devidos lugares. Cambridge: Polity Press, 2007.
- LAMOUNIER, Bolívar. A modernização autoritária no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.
- PEREIRA-PEREIRA, João. O Estado e suas contradições. São Paulo: Cortez, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O messianismo no Brasil e no mundo. 2^a ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Ricardo. A ideologia do Estado autoritário no Brasil. Recife: UFPE, 2004.